

## Editorial

Este número da revista *Sísifo* organiza-se em torno de um dossier temático consagrado aos problemas e perspectivas da avaliação no domínio educativo. Assinale-se, por um lado, a pertinência e a actualidade do tema. Sublinhe-se, por outro lado, a natureza e o carácter diversificado de contribuições, por parte de um vasto leque de autores do mundo ibero-americano, o qual enriquece significativamente o conjunto de textos apresentados.

Desde há cerca de duas décadas, o tema e a problemática da avaliação adquiriram uma crescente visibilidade e centralidade no quadro dos debates, das decisões e das práticas educativas. Esta verdadeira “invasão” do campo educativo pela avaliação é transversal a todas as áreas e domínios de intervenção, incluindo as políticas educativas, o funcionamento das organizações e o desempenho individual dos actores. Circunscrita tradicionalmente à actividade dos alunos e aos seus resultados de aprendizagem, a temática da avaliação deslocou-se para abranger também as dimensões organizacionais, as medidas de política educativa, bem como o desempenho profissional, colectivo e individual, dos professores. Esta última dimensão é fonte de problemas e tensões, bem exemplificados nos conflitos que, em Portugal, marcaram as relações entre a classe profissional docente e o ministério da tutela durante o último ano e meio.

A centralidade dos processos de avaliação nos sistemas educativos é, ao mesmo tempo, o resultado de factores exógenos (“importação” de práticas de avaliação) e endógenos (mudanças significativas

nos modos de regulação interna). A expansão da avaliação é, simultaneamente, um fenómeno universal e que está presente em todos os sectores da sociedade. Nos sectores público e privado, da saúde à indústria e aos serviços, em toda a parte se opera a instalação de dispositivos de avaliação. Esta nova cultura de avaliação a partir de sistemas de indicadores, que alguns classificam de “devoradora” e “obsessiva”, no caso do sector público está no cerne da “New Public Management”, decorrente da transposição de normas e métodos de funcionamento do mundo empresarial privado para o mundo da administração e dos serviços públicos. Ou seja, verifica-se uma extensão e uma “contaminação” da racionalidade económica dominante a instituições públicas cuja lógica de funcionamento permaneceu, durante muito tempo, ao abrigo de lógicas de competição e de medida, próprias do mundo do mercado.

Esta “invasão” do mundo educativo pela avaliação é concomitante com o reforço da tendência para a subordinação funcional das políticas e das práticas educativas a racionalidades economicistas de cariz instrumental. Os suportes desta “invasão” são, quer uma retórica cujas palavras-chave são a *eficácia*, a *economia*, a *adaptação* e a *inovação*, quer uma concepção que apresenta a avaliação como uma actividade supostamente neutra e dominada por critérios de cientificidade. Na prática, o recurso à avaliação tem-se revelado não apenas como o recurso a um saber, mas, sobretudo, como o recurso a um instrumento de poder, de controlo e de legitimação de políticas e de práticas, por parte de quem decide, paga e

encomenda (quem paga a orquestra escolhe a música...). A avaliação comporta, portanto, uma dimensão ideológica que corresponderia a uma “grande impostura”<sup>1</sup>, na medida em que por detrás de um saber e de uma técnica pretensamente neutros se esconderia uma autêntica tecnologia de governo.

O ensino superior e as universidades são, evidentemente, alvos privilegiados desta mais recente “febre da avaliação”<sup>2</sup>. No caso do mundo universitário a expansão desenfreada desta “febre” atinge, em primeiro lugar e com efeitos particularmente perversos as actividades de investigação, nomeadamente no campo das ciências sociais e humanas. O recente processo de avaliação a que foram sujeitas, em Portugal, as Unidades de Investigação em Ciências da Educação representa uma óptima ilustração do uso relativamente arbitrário deste instrumento de poder.

Como se escreve na Nota de Apresentação do presente número, verifica-se hoje uma espécie de

corrida à avaliação como se ela pudesse ser a “solução mágica para os problemas da educação e da formação”. Não é a solução, e muito menos mágica, mas problema já é.

RUI CANÁRIO  
(Lisboa, Julho de 2009)

#### NOTAS

1. Cf o dossier temático “L’idéologie de l’évaluation. La grande imposture” publicado pela revista *Cités*, 37, 2009.

2. Cf o dossier temático, consagrado à avaliação no mundo das universidades, editado pela “Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine” (suplemento de 2008), cujo título é, precisamente, “La fièvre de l’évaluation”.